



CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CANELA - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO
GRANDE DO SUL - RS

Profissional do Magistério
com Habilitação em
Educação Infantil

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: SL-217JL-26
7908403599578

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	17
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	24
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	27
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	31
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	35
7. Figuras de linguagem.....	38
8. Funções da linguagem.....	41
9. Variação linguística.....	42
10. Adequação comunicativa.....	43
11. Ortografia oficial.....	47
12. Acentuação gráfica.....	51
13. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	53
14. Estrutura e formação de palavras.....	62
15. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	65
16. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	68
17. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	72
18. Concordância nominal e verbal.....	75
19. Regência nominal e verbal.....	79
20. Emprego da crase.....	83
21. Colocação pronominal.....	85
22. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	86
23. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	89
24. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular.....	91
25. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.....	95

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	117
2. Teorias da aprendizagem.....	123
3. Tendências pedagógicas.....	128
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	129
5. Função social da escola e papel do professor.....	133
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	137
7. Projeto Político-Pedagógico.....	141
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	143
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	147
10. Relação entre teoria e prática.....	151

11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	155
12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	159
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	162
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	167
15. Educação integral.....	171
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	172
17. Alfabetização e letramento.....	176
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	177
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	181
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	185
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	232
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	251
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	291
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	306

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em Educação Infantil

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da Educação Infantil	315
2. Concepção de criança, infância, desenvolvimento, aprendizagem, cuidado e educação.....	319
3. Educação Infantil como primeira etapa da educação básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil.....	322
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e os campos de experiências	326
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	326
6. Princípios éticos, políticos e estéticos da Educação Infantil.....	328
7. Organização do trabalho pedagógico com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas; planejamento	332
8. Observação, registro, documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil	336
9. Currículo na Educação Infantil e articulação entre experiências, brincadeiras, interações e conhecimentos	340
10. Desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, motor, cognitivo, afetivo, social, emocional, linguístico e cultural	344
11. Psicomotricidade, movimento, expressão corporal, lateralidade, equilíbrio, coordenação motora e consciência corporal.....	348
12. Linguagem oral, escuta, comunicação, imaginação, narrativa, literatura infantil e contação de histórias; desenho, pintura, modelagem, música, dança, teatro, jogos simbólicos e demais linguagens expressivas; brincadeiras, jogos, ludicidade, faz de conta, exploração, experimentação e aprendizagem significativa	352
13. Organização dos tempos, espaços, materiais, ambientes e rotinas na Educação Infantil	356
14. Acolhimento, adaptação, transição entre etapas e relação afetiva com as crianças; cuidado, higiene, alimentação, repouso, segurança, saúde e bem-estar na Educação Infantil; prevenção de acidentes, primeiros socorros básicos e proteção integral da criança; autonomia, identidade, socialização, convivência, cooperação, limites	360

Material Digital

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
6. Plano Municipal de Educação de Canela	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	142
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto)	165

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLO- GICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

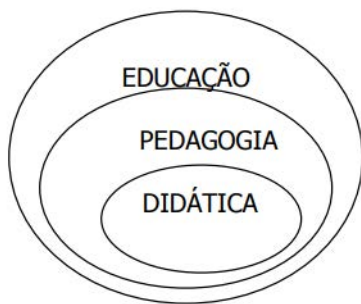
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiapaaraconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos históricos da Educação Infantil revelam que a forma de compreender a criança e a infância mudou ao longo do tempo. Em sociedades antigas e medievais, a criança nem sempre era vista como sujeito com necessidades específicas. Muitas vezes, sua participação na vida social era marcada pela proximidade com o mundo adulto, pelo trabalho precoce, pela disciplina rígida e pela pouca valorização de suas formas próprias de expressão.

Com as transformações sociais, econômicas e culturais da modernidade, a infância passou a ser percebida com maior atenção. A organização da família, o crescimento das cidades, a escolarização, o desenvolvimento da medicina, da psicologia e da pedagogia contribuíram para criar uma nova sensibilidade em relação às crianças. Aos poucos, surgiram instituições voltadas ao cuidado e à educação infantil.

Historicamente, as primeiras instituições de atendimento à infância tiveram forte caráter assistencial. Muitas creches surgiram para atender filhos de trabalhadores, especialmente mulheres que precisavam deixar seus filhos em algum lugar durante a jornada de trabalho. Nessa origem, a preocupação principal era guardar, alimentar, proteger e vigiar as crianças. A dimensão educativa era pouco valorizada ou entendida de forma restrita.

A pré-escola, por sua vez, teve trajetória parcialmente diferente. Em muitos contextos, foi associada à preparação para a escolarização formal, com atividades voltadas à disciplina, à alfabetização antecipada e à adaptação às rotinas escolares. Essa visão preparatória reduzia a Educação Infantil a uma etapa anterior ao “ensino de verdade”, o que desconsiderava sua identidade própria.

Ao longo do século XX, novas concepções pedagógicas influenciaram profundamente a Educação Infantil. Estudos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem, linguagem, afetividade, socialização e brincadeira mostraram que as crianças pequenas aprendem de modo ativo, por meio de interações com pessoas, objetos, espaços, culturas e situações. A brincadeira passou a ser reconhecida como linguagem fundamental da infância.

No Brasil, a Educação Infantil passou por mudanças importantes. A creche, antes muito ligada à assistência social, e a pré-escola, antes frequentemente ligada à preparação escolar, passaram a ser reconhecidas como parte do direito à educação.

Esse reconhecimento fortaleceu a ideia de que todas as crianças têm direito a atendimento educacional de qualidade desde os primeiros anos de vida.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil consolidaram a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e como direito da criança. Esses marcos ajudaram a superar a visão meramente assistencialista.

A história da Educação Infantil, portanto, é também a história da valorização da infância. Ela mostra uma passagem gradual da guarda para a educação integral, da caridade para o direito, da preparação escolar para a experiência infantil significativa.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos filosóficos da Educação Infantil dizem respeito às ideias que orientam a compreensão de ser humano, infância, conhecimento, aprendizagem, ética, liberdade, cuidado e convivência. Toda prática pedagógica possui uma concepção filosófica, mesmo quando ela não é explicitada. A forma como o educador organiza o espaço, conversa com a criança, propõe experiências ou interpreta comportamentos revela uma visão sobre quem é a criança e como ela aprende.

Uma concepção filosófica contemporânea entende a criança como sujeito de direitos, ser ativo, sensível, criativo e participante da cultura. Ela não é uma folha em branco, nem um adulto incompleto. A criança possui formas próprias de pensar, comunicar-se, explorar o mundo e construir sentidos. Essa visão exige uma educação que respeite sua dignidade e sua capacidade de participação.

A filosofia da Educação Infantil também questiona a ideia de educação como simples transmissão de informações. Crianças pequenas não aprendem apenas ouvindo explicações. Elas aprendem tocando, observando, imitando, perguntando, brincando, movimentando-se, experimentando, narrando, desenhando, cantando, dançando e interagindo. O conhecimento nasce da relação viva entre criança, ambiente, outras crianças, adultos e cultura.

Outro fundamento filosófico importante é a indissociabilidade entre corpo, emoção e pensamento. A criança aprende com o corpo inteiro. Movimento, afetividade, percepção, linguagem e cognição estão profundamente ligados. Por isso, práticas que exigem imobilidade excessiva, silêncio constante e repetição mecânica não correspondem às necessidades da infância.

A ética também é fundamento filosófico da Educação Infantil. Educar crianças pequenas exige respeito, cuidado, escuta e responsabilidade. A criança não deve ser humilhada, ameaçada, comparada de forma negativa ou tratada como incapaz. A

autoridade do adulto deve ser exercida com firmeza acolhedora, não com autoritarismo. Limites são necessários, mas devem ser construídos com respeito e sentido educativo.

A liberdade também precisa ser compreendida de forma equilibrada. A criança precisa ter oportunidades de escolha, exploração, criação e expressão. No entanto, liberdade não significa ausência de cuidado ou de organização. O ambiente educativo deve oferecer segurança, referências, rotina e limites que permitam à criança agir com confiança.

A dimensão estética é outro fundamento filosófico importante. Crianças têm direito à beleza, à arte, à música, à literatura, ao movimento, à natureza, às cores, aos sons e às experiências sensíveis. A Educação Infantil não deve ser pobre em estímulos culturais. Ela deve oferecer um ambiente rico, organizado e significativo.

Filosoficamente, a Educação Infantil também se apoia na ideia de convivência democrática. As crianças aprendem a viver com os outros desde cedo, compartilhando brinquedos, ouvindo histórias, resolvendo conflitos, esperando sua vez, expressando sentimentos e participando de decisões simples da rotina.

FUNDAMENTOS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos sociais da Educação Infantil estão relacionados ao papel que essa etapa exerce na vida das crianças, das famílias e da sociedade. A Educação Infantil não é apenas um espaço de atendimento individual à criança; ela faz parte de uma rede social mais ampla, que envolve direitos, proteção, inclusão, diversidade, igualdade de oportunidades e participação comunitária.

A infância é vivida de maneiras diferentes conforme as condições sociais, culturais, econômicas e familiares. Crianças crescem em contextos diversos: famílias com diferentes composições, territórios urbanos ou rurais, comunidades tradicionais, realidades de maior ou menor vulnerabilidade, diferentes línguas, religiões, costumes e formas de cuidado. A Educação Infantil precisa reconhecer essa diversidade sem preconceito.

Uma instituição de Educação Infantil de qualidade amplia o repertório cultural da criança. Ela oferece experiências que nem sempre estão disponíveis em todos os contextos familiares, como contato com livros, músicas, artes, brincadeiras coletivas, exploração da natureza, diferentes materiais, convivência com outras crianças e participação em práticas culturais. Isso não significa substituir a família, mas complementar e ampliar as experiências da criança.

A Educação Infantil também contribui para a redução de desigualdades. Quando crianças têm acesso a ambientes seguros, afetivos, bem planejados e ricos em interações, suas possibilidades de desenvolvimento se ampliam. A qualidade da Educação Infantil é especialmente importante para crianças em situação de vulnerabilidade, pois pode oferecer proteção, alimentação adequada, vínculo, estímulos e acompanhamento atento.

Outro fundamento social é a relação entre instituição e família. A criança não pode ser compreendida separadamente de sua história familiar. A comunicação com as famílias deve ser respeitosa, acolhedora e colaborativa. A instituição precisa ouvir responsáveis, compartilhar informações sobre o desenvolvimento da criança e construir parceria educativa. Essa relação não deve ser baseada em julgamento, mas em corresponsabilidade.

A Educação Infantil também é espaço de socialização. É nela que muitas crianças vivenciam suas primeiras experiências coletivas fora do ambiente familiar. Aprendem a conviver com diferenças, compartilhar espaços, expressar desejos, lidar com frustrações, participar de brincadeiras coletivas e construir vínculos afetivos com adultos e crianças.

A inclusão é um aspecto social fundamental. Crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades, diferenças linguísticas, culturais ou sociais devem ser acolhidas com respeito e apoio. A Educação Infantil deve organizar ambientes acessíveis, práticas flexíveis e estratégias que favoreçam a participação de todas as crianças.

A diversidade cultural deve estar presente nas práticas pedagógicas. Brincadeiras, histórias, músicas, imagens, materiais e projetos devem valorizar diferentes identidades, povos, culturas, corpos, famílias e modos de vida. Isso ajuda a combater preconceitos desde cedo.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos políticos da Educação Infantil dizem respeito ao reconhecimento dessa etapa como direito da criança e dever do poder público, da família e da sociedade. A Educação Infantil não deve ser compreendida como favor, assistência eventual ou serviço secundário. Ela é parte do direito à educação e da proteção integral da criança.

A dimensão política da Educação Infantil aparece na legislação, nas políticas públicas, no financiamento, na formação de profissionais, na organização das redes de ensino, na definição de currículos, na garantia de vagas, na qualidade dos espaços e na valorização do trabalho pedagógico. Uma sociedade que valoriza a infância precisa investir em instituições capazes de cuidar e educar com dignidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante ao reconhecer a educação como direito social e ao incluir o atendimento em creche e pré-escola como direito das crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou a ideia de proteção integral, considerando crianças e adolescentes sujeitos de direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

Esses marcos políticos mudaram a forma de compreender creches e pré-escolas. A creche deixou de ser vista apenas como espaço assistencial para filhos de trabalhadores e passou a integrar a educação. A pré-escola deixou de ser apenas preparação para a etapa seguinte e passou a ter identidade pedagógica própria.

A política educacional também precisa garantir qualidade, não apenas acesso. Uma vaga em Educação Infantil deve corresponder a um ambiente seguro, acolhedor, bem planejado, com profissionais preparados, materiais adequados, espaços organizados, alimentação, higiene, brincadeiras, interações e respeito ao desenvolvimento infantil. A garantia do direito não se resume à matrícula.

A formação dos profissionais é uma dimensão política fundamental. Cuidar e educar crianças pequenas exige conhecimento sobre desenvolvimento, currículo, brincadeira, avaliação, inclusão, saúde, segurança, relações familiares e documentação pedagógica. A valorização desses profissionais é condição para a qualidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!